

# ÍNDICE GERAL

Apresentação .....	7
CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE CONTEÚDOS E SERVIÇOS DIGITAIS	
<i>Alexandre L. Dias Pereira</i>	
Introdução.....	11
1. Não interferência com o direito civil clássico.....	13
2. Direitos do consumidor de conteúdos ou serviços digitais contratados à distância previstos no dl 24/2014.....	15
3. Fornecimento de conteúdos ou serviços digitais .....	16
4. Onerosidade: os dados pessoais como possível moeda.....	21
5. Princípio da pontualidade e princípio da conformidade com o contrato .....	24
6. Direito às atualizações e direito à integração correta dos conteúdos e serviços digitais .....	25
7. “Remédios para a quebra do contrato” por não forneci- mento ou por falta de conformidade.....	27
8. Exercício do direito de rescisão e seus efeitos .....	31
9. Direito de alteração dos conteúdos ou serviços digitais.....	32
10. Responsabilidade objetiva do fornecedor de conteúdos e serviços digitais?.....	33
11. Conclusão .....	35



## PROTEÇÃO DE DADOS, CONSENTIMENTO E TUTELA DO CONSUMIDOR

*Mafalda Miranda Barbosa*

1. Introdução .....	37
2. O quadro legal em matéria de proteção de dados: breve referência .....	40
2.1. A lei n.º67/98, de 26 de outubro e a proteção de dados .....	40
2.2. O regulamento (ue) 2016/679 do parlamento e do conse- lho, de 27 de abril de 2016, e a lei n.º58/2019, de 8 de agosto ...	48
3. O consentimento .....	55
3.1. O consentimento em geral .....	56
3.2. O consentimento ao nível da proteção de dados.....	61
3.2.1. O papel do consentimento.....	61
3.2.2. O quando e o como do consentimento. O problema das modalidades e da forma do consentimento .....	65
3.2.3. O consentimento livre e esclarecido .....	73
3,2,4. A especificidade do consentimento .....	82
3.2.5. A revogabilidade do consentimento .....	83
3.2.6 A capacidade para consentir .....	83
4. As novas regras europeias: o consumidor, a proteção de dados e os deveres de informação. ....	85

O NOVO REGIME JURÍDICO DAS VIAGENS ORGANIZADAS E SERVIÇOS DE VIAGEM CONEXOS: SUJEITOS, OBJETO, GARANTIAS E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

*Maria Oliveira*

1. Introdução .....	92
2. Os sujeitos no contrato de viagem organizada e de serviços de viagem conexos na Diretiva e no Decreto-Lei n.º 17/2018, de 8 de março .....	101
2.1. Os viajantes .....	101
2.2. Os operadores, os organizadores e os retalhistas .....	109
3. O objeto do contrato de viagem organizada e de serviços de viagem conexos na Diretiva e no Decreto-Lei n.º 17/2018, de 8 de março .....	116
4. As garantias dos viajantes na diretiva e no decreto-lei n.º 18/2018, de 8 de março .....	128
4.1. Responsabilidade pela execução da viagem organizada ..	128
4.2. Proteção do viajante em caso de insolvência dos organizadores .....	131
4.3. Proteção do viajante em caso de insolvência aplicável aos serviços de viagem conexos .....	143
5. Os meios de resolução alternativa de litígios emergentes de contratos de viagens organizadas e de serviços de viagem conexos .....	146
5.1. Provedor do cliente da associação portuguesa de agências de viagens e turismo .....	149



5.2. Comissão arbitral .....	154
5.3. Arbitragem .....	158
5.4. Comparação entre os meios de resolução de litígios.....	161
6. Conclusões .....	163
7. Abreviaturas .....	166

O CONTRATO DE SEGURO DE SAÚDE:  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO ACERCA DA DELIMITAÇÃO DO TIPO  
À LUZ DO ELEMENTO RISCO E DA PRÁTICA DO QUESTIONÁRIO PELO  
CONFRONTO ENTRE OS MODELOS DO QUESTIONÁRIO ABERTO E FECHADO

*Marisa Silva Monteiro*

I - Introdução.....	169
I.1 O regime jurídico do contrato de seguro: decreto-lei n.º 72/2008, de 16 de abril.....	169
I.2 As inovações da lcs .....	172
I.3 As alterações trazidas pela lei n.º 147/2015, de 9 de setem- bro .....	174
II - O contrato de seguro .....	177
II.1 Conceito .....	177
II.2 Natureza jurídica .....	179
II.3 Caracterização geral .....	180
III – O seguro de saúde.....	183
III.1 Nótulas introdutórias.....	183
III.2 Noção .....	189

III.3 Delimitação do tipo .....	193
III.3.1 A importância do risco.....	193
III.3.2 A declaração inicial do risco .....	209
III.3.3 Questionário aberto e fechado .....	219
IV – Conclusões finais.....	241
Bibliografia.....	248

O LUGAR DA VULNERABILIDADE NO  
DIREITO DO CONSUMIDOR PORTUGUÊS

*Sandra Passinhas*

1. Introdução .....	257
2. A questão da vulnerabilidade .....	258
3. A proteção do consumidor funcionalizada ao mercado interno: a consideração do consumidor médio.....	263
a) a consideração do consumidor médio na jurisprudência ....	270
b) a consideração do consumidor médio na legislação .....	289
c) a consideração do consumidor médio como estratégia política.....	297
4. Meios de proteção do consumidor: os remédios do direito do consumidor e os outros .....	300
5. Conclusão.....	308
Referências.....	309



OBSOLESCÊNCIA  
DA ORIGEM AO PROBLEMA SOCIAL E SEUS REFLEXOS À SOCIEDADE

*William Cornetta*

Introdução.....	315
1. Do nascimento da sociedade de consumo ao hiper- consumo .....	316
2. Obsolescência .....	321
2.1. Conceito de obsolescência .....	321
2.2. Tipologia da obsolescência .....	322
2.3. Da origem ao problema social .....	327
2.3.1. Solução macroeconômica .....	327
2.3.2. Caractere do capitalismo .....	329
2.3.3 Plano de negócio .....	331
2.3.4 Problema social .....	333
3. Obsolescência na sociedade de consumo .....	336
Conclusão .....	351